Documentos para Consolidação de propriedade, artigo 26, § 7º da Lei 9.514/97:

- Requerimento com firma reconhecida (vide modelos), artigos 221, II da Lei 6.015/73 e 315, VIII da CNNR\_CGJ;

- Guia do ITBI e respectivo comprovante de pagamento, artigo 446 da CNNR\_CGJ;

- Cópia da certidão de que não houve purga da mora emita pelo Ofício de Imóveis.

- Se o requerimento for assinado por procurador ou o proprietário for pessoa jurídica, devem ser anexados os documentos necessários a comprovação da representação.

Ao Cartório de Registro de Imóveis de Santa Maria

 (Nome completo da pessoa jurídica que está recebendo o imóvel), inscrita no CNPJ nº , com sede na rua , nº , na cidade de , representada neste ato por seu representante (nome completo sem abreviações), inscrito no CPF nº , na qualidade de credora fiduciária do contrato firmado em (data do contrato), registrado sob o nº (R.) da matricula (nº da mat.), requer nos termos do artigo 26 § 7º da Lei 9.514/97, seja averbada a consolidação da propriedade, tendo em vista que o credor (nome completo), portador do CPF nº ( ) , foi intimado e não efetuou o pagamento, conforme certidão data de ( ) deste ofício de registro de imóveis.

 Requeiro e autorizo, ainda, todos os demais atos registrários e averbáveis necessários para os fins requeridos, inclusive atualização de dados de qualificação.

Santa Maria, (dia) de (mês) de (ano)

Assinatura com reconhecimento de firma